**ESPORTE COMO PROPÓSITO COMUM: ESTUDO CRÍTICO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO RN NOS MUNICÍPIOS DE CORONEL JOÃO PESSOA, VENHA VER E DR. SEVERIANO**

Vânia Maria Pessoa Rodrigues

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN

Discente do Parfor Curso de Educação Física – CAMEAM

[vaniapessoa13@hotmail.com](mailto:vaniapessoa13@hotmail.com)

Dr. Bertulino José de Souza

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN

Docente do Curso de Educação Física – CAMEAM

[bj\_panorama@hotmail.com](mailto:bj_panorama@hotmail.com)

**RESUMO**

Esse estudo analisa aspectos do esporte como propósito comum de união entre os municípios de Coronel João Pessoa, Venha Ver e Dr. Severiano pelo viés da análise crítica a institucionalização de políticas públicas esportivas. O objetivo é buscar identificar ações públicas no esporte que movem os propósitos para o seu público alvo, a fim de melhor compreender quais as intenções estão contidas ou associadas a essas atividades de governo, amplamente empregada pelos administradores. Para tanto, realizamos uma pesquisa de campo com aplicação de questionário ao gestor responsável pelo setor esportivo. Trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa em que a análise se constituiu através da relação e confronto dos referenciais teóricos relacionados com a temática, como: Bracht (2005), Darido e Rangel (2008), Oliveira (2008), Secchi (2012), Teixeira (2002) e Tubino (2001). Ao pensar nas políticas esportivas brasileiras que prezam por projetos de diversas ordens, ainda há muito a discutir e (re)formular sobre o significado empregado ao esporte no ambiente social. Os questionários analisados demonstram que nos municípios em estudo, prevalece a prática do esporte na perspectiva de rendimento, em detrimento do esporte na concepção social e educacional. Tendo como evidência a prática de ações esporádicas na realização de eventos ou projetos esportivos que privilegiam determinadas atividades para um público específico, apontando como dificuldades a falta de recursos na implementação e execução das atividades propostas no Plano Municipal de Esporte. Portanto, essas são as características comuns que mantém a união entre as respectivas municipalidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Municípios. Políticas Públicas. Esporte.



**INTRODUÇÃO**

Historicamente o esporte é considerado como um dos maiores fenômenos sociais do século. O seu conceito é descrito por Betti (apud Darido e Rangel, 2008), como uma ação social institucionalizada composta por regras, que se desenvolve com base lúdica, em forma de competição entre dois ou mais oponentes ou contra a natureza, cujo objetivo é, determinar o vencedor ou registrar o recorde. Os resultados alcançados pelos praticantes são resultantes das habilidades ou estratégias utilizadas por estes, e podem ser intrínsecas ou extrinsecamente gratificantes. Ou também**,** Bracht (apud Darido e Rangel, 2008. p. 179), vem corroborar com esse conceito, quando se refere ao esporte,

Como uma atividade corporal de movimento com caráter competitivo que surgiu no âmbito da cultura europeia por volta do século XVIII e se expandiu por todos os cantos do planeta, que, em seu desenvolvimento, assumiu as seguintes características básicas: competição, rendimento físico-técnico, record, racionalização e cientificização do treinamento.

Nessa perspectiva, identificamos que as atividades esportivas adquiriram um caráter competitivo desde o período de seu nascimento no âmbito da cultura europeia, o qual foi disseminado para todo o mundo. Pois, inúmeras são as questões que demonstram a expansão quantitativa que permeia o fenômeno esportivo no âmbito nacional. Observamos o crescente aumento de praticantes e modalidades desenvolvidas, eventos esportivos, profissionais do esporte, cientistas que direcionam suas pesquisas a esta área, indústrias de equipamentos e materiais desportivos, envolvimento midiático, instalações espalhadas pelo território brasileiro, dentre outros pontos que ressaltam esta ascensão.

Desse modo, Tubino (2001) fala que o esporte é uma atividade abrangente, visto que engloba diversas áreas importantes para a humanidade, como saúde, educação, turismo, entre outros. Para isso, é importante destacar também o papel social que o mesmo desempenha no desenvolvimento integral dos sujeitos. Assim, quando Tubino (2001) fala da influência desse fenômeno na vida e no cotidiano das pessoas é geral e acontece em quase todo o mundo, com reflexo na educação e na cultura dos povos, sendo um fator de interação social, seja no meio educacional, de entretenimento ou competitivo. Assim, também, colocamos algumas questões possíveis de investigação sobre a realidade do esporte como atividade nos municípios de Coronel João Pessoa, Venha Ver e Dr. Severiano; a partir do pressuposto do esporte como propósito comum de união entre as referidas municipalidades.

Nesse sentido, o esporte tem ocupado um lugar de destaque na sociedade contemporânea, constituindo-se com um fenômeno de integração entre os povos, sendo um dos temas mais discutido e apreciado por diferentes públicos. A expansão desse fenômeno mundial é nomeadamente observável através dos grandes eventos esportivos como os Jogos Olímpicos, Copa do Mundo, Formula1, finais de campeonatos internacionais e nacionais que passaram a ser acompanhados por bilhões de expectadores por todo o mundo. Grande parte deste público despertou para a necessidade e o direito de participação na prática esportiva, daí o surgimento de diferentes intervenções governamentais nessa área.

Assim, no que concerne ao meio esportivo, a relação entre Estado e desporto é longínqua, desde o ano de 1937, quando foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, passando por uma série de transformações de ordem estrutural. A Constituição Federal Brasileira de 1988, norma de maior relevo do país, em seu artigo 217 expressava - é dever do Estado fomentar práticas desportivas nos âmbitos formal e informal (BRASIL, 1988). Somente no ano de 2003, o esporte passou a contar com um Ministério próprio, com o intuito de direcionar o esporte brasileiro por via de políticas públicas esportivas. (NUNES & CUNHA, 2014).

Com isso, tais características tornam o Estado um importante, senão o principal, elaborador de políticas públicas. Diante disso, neste artigo realizamos um estudo crítico do esporte como propósito comum de união entre os municípios de Coronel João Pessoa, Venha Ver, e Dr. Severiano com o intuito de compreender as intenções contidas ou associadas a essas atividades de governo, amplamente empregada pelos administradores públicos. Haja vista que as políticas públicas do esporte para esses municípios são importantes para o processo de inclusão social, de interação, de lazer e de formação da cidadania.

Nesse contexto, um aspecto que deve ser destacado é a sua capacidade de mobilização de inúmeros setores. Antes, durante e após a realização de eventos esportivos ou outras atividades correlatas, para as equipes desportivas ou seus torcedores. Assim, ele pode muitas vezes ser utilizado como um meio para atingir determinado fim político. As ações públicas, nesse sentido, podem ser também uma ferramenta para tal, pois segundo Teixeira (2002, p. 2) “elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que, para quem e consequências”.

Contudo, esse estudo analisa os aspectos do esporte como propósito comum de união entre os municípios de Coronel João Pessoa, Venha Ver e Dr. Severiano pelo viés da análise crítica da institucionalização de políticas públicas esportivas. O objetivo é buscar identificar os

indícios de políticas públicas esportivas que movem os propósitos para o seu público alvo, a fim de melhor compreender quais as intenções estão contidas ou associadas a essas ações de governo amplamente empregada pelos administradores públicos.

Trata-se de um estudo descritivo de natureza qualitativa, uma vez que está relacionado com o fato de identificar as variáveis específicas, estas que podem ser entendidas como aquelas que apresentam diferenças, alterações, inconstâncias, que sejam importantes para explicar as características de um problema de comportamento. “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial realizar uma descrição das características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1999, p.44). Na acepção de Minayo (2007, p. 21), a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes”.

Portanto, realizamos uma pesquisa de campo que empregou o questionário como instrumento de coleta de dados ao gestor administrativo responsável pelo setor desportivo. A partir dessas considerações iniciais, o debate segue expressando os resultados por meio da discussão e análise e por fim, tecemos as considerações finais

**ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Nesse estudo apresentamos elementos para a construção de uma análise que procura identificar no esporte o propósito comumde evidências relacionadas a ligação entre os municípios de Coronel João Pessoa, Venha Ver e Dr. Severiano, a partir das ações e políticas direcionadas a esse campo. As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, a valorização profissional da gestão esportiva e do trato do sujeito que lida com essas ações, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, fortemente presente e marcado pela defesa de objetivos políticos.

Assim, consideramos que as atividades públicas desportivas exigem a criação de leis, projetos e conhecimentos específicos sobre o assunto, com base nessas informações, questionamos o que se produz/faz no esporte no município. Os municípios de Coronel João Pessoa e Dr. Severiano foram enfáticos ao afirmarem que foi criado em 2016 o Plano Municipal de Esporte. Porém, o município de Venha Ver não se pronunciou a esse respeito.

Nessa ótica, os três municípios apresentaram em comum o seguinte: “apesar das dificuldades e da falta de investimentos nessa área, as municipalidades proporcionam a prática

de futebol, futsal e a participação estudantil nos programas do governo federal. E apenas Dr. Severiano relatou que não conseguiu desenvolver as políticas propostas no Plano Municipal de Esporte por falta de recursos.

Mediante os relatos, percebemos o esporte como um elemento essencialmente cultural. Assim, Tani (1998) descreve o esporte como patrimônio cultural da humanidade que respeita processos de criação, transmissão e transformação, com natureza essencialmente dinâmica. Contudo, inferimos que ainda há um entendimento equivocado dos gestores esportivos municipais sobre política pública desportiva, fazendo com que esta seja constantemente confundida com a promoção de eventos, sendo estes centralizados em campeonatos de futebol ou de futsal masculino**,** em homenagem a algum esportista local.

Desse modo, essas ações apontam a necessidade de uma nova perspectiva para tal manifestação como prática social, pautada na carência do contexto social em que se fazem indispensáveis. Quando falamos ou fazemos esporte, as nossas atitudes têm uma intencionalidade. Nesse propósito, as finalidades da gestão municipal para com o desporto, assim foram relatadas: “promover a prática esportiva como direito universal, estimulando a participação, especialmente da juventude, o senso de equipe, a autoconfiança, autoestima, a consciência do eu como cidadão, a interação social e uma série de fatores importantes para viver em sociedade” (GESTOR/CORONEL JOÃO PESSOA, 2018). Esse ponto de vista, também se coaduna com Tubino (2001, p. 38) ao mencionar que “o esporte-participação é popular e referenciado como o princípio do prazer lúdico, tem como finalidade o bem-estar social dos seus participantes, pode ser praticado por todos sem nenhuma forma de discriminação”.

Nessa perspectiva, o gestor da cidade de Venha Ver apresentou como intenção em relação a gestão do esporte “estabelecer um paralelo esportivo com as atividades de Educação Física Escolar e os programas do governo federal, principalmente, O Novo Mais Educação, com o objetivo de integrar as crianças e adolescentes as atividades esportivas proporcionando a socialização, a relação interpessoal e o afastamento dos jovens da sociedade desumanizadora”. Visão também compartilhada na dimensão do esporte-educação onde deve ser “evitada à seletividade, a segregação social e a hiper competitividade, com vistas a uma sociedade livremente organizada, cooperativa e solidária” (Tubino 2001, p. 38). Sendo as aulas de educação física e as atividades de desporto escolar, meios significativos de formação.

Assim, em relação ao Programa Novo Mais Educação do governo federal é uma estratégia do Ministério da Educação de ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes e a necessidade de otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para a melhoria da aprendizagem combinada, sempre que possível, com atividades recreativas, esportivas e culturais (BRASIL, 2017).

Normativamente, no esporte escolar procura-se desenvolver prioritariamente, desde cedo, o hábito para a prática esportiva, a consciência de sua importância para a saúde e o convívio social e o seu uso como meio de formação do caráter. Entretanto, como consequência natural do ambiente esportivo escolar, há o surgimento de atletas de grande potencial para o alto rendimento, sendo estes conduzidos ao sistema formal dos clubes, associações e federações, para desenvolvimento paralelo e complementar do esporte amador, de onde os com maior destaque seguem para a carreira desportiva de atletas profissionais (BUENO, 2008). A grande crítica que se faz é a inversão da prioridade do educar e despertar pelas atividades físicas para o a lógica do alto rendimento. Isso pode ser observado também no relato do gestor, quando o tema é esporte:

Para nós, reconhecemos a importância do Esporte para todos, inclusive para aqueles de necessidades especiais, vendo aí uma das portas para promover a inclusão em nossas escolas. Diante disso, mesmo sem recursos estamos planejando para o segundo semestre deste ano a sistematização do esporte dentro da educação física em todas as escolas da rede realizando alguns eventos tais como os JED’S (JOGOS ESCOLARES SEVERIANENSES). Além disso, sempre apoiamos as iniciativas das equipes de football do Município e apoiamos a participação das equipes em competições estaduais e municipais na região tais como: JERN’s, JUVERN’S e outros. Disponibilizamos transportes e apoiamos a Associação desportiva Severianense – ADESE (gestor/Dr. Severiano, 2018).

Nessa perspectiva, por mais que o gestor público tenha sua individualidade como cidadão e consequentemente possua suas próprias concepções, é importante que esteja claro que o Estado concebe esporte educacional como sendo aquele que é praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação. A condução das atividades nesta dimensão deve evitar a seletividade de seus praticantes, tendo os mesmos o direito de optarem pela manifestação participativa e/ou de rendimento, sendo as aulas de educação física e as atividades de desporto escolar meios poderosos de integração. Também, identificamos em sua fala, a prática dessa atividade como forma de rendimento ou competitivo como essencial na administração (que pode ser organizado de modo profissional ou não profissional).

Com isso, o esporte de rendimento apresenta duas de suas características, a seletividade e a exclusão. Ele está preocupado em conseguir novos êxitos, vitorias e é regido por regras universalmente preestabelecidas que estão vinculadas as federações, confederações nacionais

ou internacionais. Darido e Rangel (2008, p.181) fazem referência a essa dimensão expondo que o mesmo “apresenta uma tendência a ser praticado pelos talentos esportivos, tendência que marca o seu caráter antidemocrático”.

Desse modo, de acordo com o relatado dos pesquisados, podemos perceber em suas respostas intenções na concepção de esporte participação/educação, contradizendo os relatos anteriores quando priorizam a prática de atividades competitivas, celetistas com habilidades específicas. Também, visualizamos dentro da perspectiva das aulas práticas da Educação Física Escolar que não deixa de priorizar a técnica, a mecânica e o saber fazer perfeito na seleção dos mais habilidosos para o treino e concorrência para participação nos eventos desportivos que privilegia a atividade de rendimento. A princípio diz respeito à responsabilidade do gestor público na busca de uma intervenção equilibrada e inclusiva do esporte na cidade, posteriormente, refere-se aos mecanismos de participação da sociedade nos processos esportivos com um olhar intenso na competição, que não deixa de ser excludente.

Assim,segundo Oliveira (2007), no que se refere às políticas desportivas é notória a escassez de ações contínuas neste campo, posto que o enfoque atribuído a elas, é quase sempre, o de auxiliar ações de outras áreas. O estado, tendo em vista os recursos que possui e a amplitude de suas ações, tem uma tarefa relevante na sociedade. Fomentar e determinar políticas públicas são medidas essenciais para o desenvolvimento do esporte no Brasil. Assim, para executar as atividades desportivas são necessários recursos para a promoção das ações de governo também nos municípios.

Nesse contexto,na abordagem da terceira questão, ao serem indagados como são articulados os recursos que darão suporte a concretização das referidas políticas, os gestores apresentaram opiniões semelhantes “o município investe por meio da utilização de recursos próprios, buscando parcerias com outras secretarias e com o governo estadual e federal, garantindo o acesso a prática e a cultura do esporte” (GESTORES/CEL. JOÃO PESSOA & VENHA VER, 2018). Com isso,novamente percebemos a participação dos recursos federais na implantação das políticas esportivas nas diferentes esferas governamentais. Portanto, no que se refere ao meio esportivo, a relação entre Estado e esporte é antiga.

Por outro lado, em Dr. Severiano, o gestor expressa o seguinte: “no nosso Município dispomos apenas das dotações orçamentárias para o esporte. Lembrando que em 2017 nem esse recurso conseguimos utilizar em virtude das dificuldades financeiras pelas quais passou o Município tendo que dar prioridade à saúde e educação. Portanto, de acordo com o relatado, se deduz que as políticas esportivas podem ficar à espera de recursos, em virtude das dificuldades

em outros setores financeiros do Município.

Nesse sentido, na abordagem sobre a formulação das atividades esportivas obtivemos o seguinte entendimento da gestão do município de Coronel João Pessoa, “as ações e as políticas públicas para o esporte são formuladas, elaboradas e avaliadas com a participação e empenho de todas as secretarias municipais, e em especial pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que monitora as atividades previstas em seu Plano de Ações Estratégicas”. Portanto, esse é um processo de monitoramento que ocorre durante o processo de implementação para fins de ajustes imediatos (COSTA & CASTANHAR, 2003 apud SECCHI, 2017).

Portanto, na percepção de outro administrador, assim descreveu:

Entendemos que as ações voltadas para o esporte são de responsabilidade da gestão municipal, porém, devido ao pouco investimento do Governo Federal dificulta uma prática efetiva nos pequenos municípios. As atividades são articuladas por meio do agente esportivo juntamente com secretaria de educação, porém, com prioridades aos Projetos e eventos que incluem os campeonatos locais e estaduais (Gestor/Venha Ver, 2018).

Entretanto, convém, desde já, estar atento para o fato de que planos, programas e ações, representam apenas a abordagem operacional mais próxima da concretização das políticas públicas, não sendo por si só representativos de uma ação definida, uma vez que a prioridades são eventos esportivos esporádicos, coerentes com a formulação de propostas e desdobramentos das ações no contexto mais próximo.

Por outro lado, na visão do gestor severianense, o município não dispõe de uma formulação de políticas esportivas, apesar de mencionar que possui o Plano Municipal de Esporte. É tanto que faz a devida declaração:

No Município ainda não temos uma sistematização das políticas de esporte, mas estamos buscando implementar a partir das atividades de educação física na escola. Objetivamos melhorar as praças de esportes, e viabilizar à aula de educação física de verdade, buscar recursos juntos aos órgãos estaduais e federais, embora tenhamos muitas dificuldades em relação a isto, pois o governo não prioriza os pequenos. Enfim, estamos tentando implementar ainda neste segundo semestre de 2018, algumas ações dentro do plano Municipal de esportes (Gestor, Dr. Severiano, 2018).

Nesse sentido, no que se refere às políticas de esporte é notória a escassez de ações contínuas neste campo, posto que o enfoque atribuído ao esporte é, quase sempre, o de auxiliar ações de outras áreas. Como também, as dificuldades de infraestrutura e financiamentos dos equipamentos adequados as modalidades esportivas.

Assim, formular, implementar, executar e monitorar as políticas públicas são medidas essenciais para o desenvolvimento do esporte no Brasil. Contudo, é necessário que tais políticas advenham de diagnósticos e planejamentos em prol das demandas existentes na sociedade. Entretanto, as pessoas são incapazes de perceber isto e de querer mudar esta situação, pois, o modo como o objeto público é conduzido se torna mais proveitoso para os fins pretendidos na política em geral. Portanto, diante do exposto é possível identificarmos a visão fragmentada e secundária atribuída ao esporte, em sua maioria, é utilizado como mecanismo de persuasão e dominação.

Desse modo, o conhecimento é importante para a execução de uma boa gestão pública no setor desportivo, perpassando pela ideia do que seja esporte e do que seja política para esse campo e do trato dos sujeitos que lida com essas ações. Esse olhar passa pela valorização profissional da gestão esportiva e da compreensão da estrutura das políticas públicas para essa área em nosso país. Conforme Zingoni “só nas últimas décadas, o esporte ganha maior importância como objeto de reivindicações populares, como questão de cidadania, de participação democrática e dos meios de superação dos problemas sociais” (1998, p. 34).

Assim, em relação a formação acadêmica, os três gestores administrativos responsável pelo esporte possuem graduação e pós-graduação em diferentes áreas, entre os quais, um concluiu o Mestrado e outro está cursando, conforme veremos a seguir.

Tabela 01 – Formação acadêmica dos gestores municipais.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **GESTOR** | **GRADUAÇÃO** | **PÓS-GRADUAÇÃO** | **MESTRADO** |
| Cel. João Pessoa/RN | Pedagogia/UFRN | Educação Infantil | - |
| Venha ver/RN | Pedagogia | Psicopedagogia, Supervisão Educacional | Mestrando na Educação |
| Dr. Severiano/RN | Letras/UERN | Linguística | Mestrado em Letras/UERN |

**FONTE:** Arquivo pessoa do autor.

Entretanto, conforme os dados, identificamos que os gestores não têm uma formação acadêmica na área de Administração ou da Educação Física, apesar de apresentar um currículo rico, porém, com conhecimentos específicos relacionados a cada campo. Isso demonstra que esses cargos são na maioria das vezes indicados ou de confiança do gestor municipal. Esse fato possivelmente contribui para a fragilidade das políticas públicas esportivas no âmbito da efetividade e do caráter social nos municípios pesquisados.

****Portanto, é urgente sairmos do senso comum e estabelecer um olhar crítico em relação ao que se encontra por trás das ações políticas dos gestores administrativos dos municípios, uma vez, que prioriza determinadas ações em detrimento de sua real função com atividades de cunho beneficiário para uma parcela mínima da população ou com projetos que lhes rendam resultados positivos por meio de propostas de trabalho temporárias para fins de constante utilização do esporte como estratégia de propaganda de governo.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A gestão pública do esporte tem estado presente em quase a totalidade das plataformas de governo tanto no nível municipal, quanto estadual e federal, sendo, portanto, um fator modelador e influenciador da dinâmica social. Entretanto, inferimos que na maior parte dos municípios, os gestores não possuem formação adequada e/ou compreensão plena dos elementos que estão envolvidos no exercício de seu papel dentro da administração pública, provocando geralmente uma redução da eficiência/eficácia dos serviços prestados à sociedade.

Com isso, do ponto de vista geral, podemos concluir que os municípios pesquisados apresentam como propósito comum de união a prática de atividades esportivas esporádicas na realização de eventos e projetos que privilegiam determinadas atividades para um público

específico, apontando como dificuldades a falta de recursos na implementação e execução das atividades propostas no Plano Municipal de Esporte. Fato que pode ser justificado possivelmente pela pouca visibilidade que essas ações adquirem no âmbito social. Desse modo, é mais lucrativo ou vantajoso desenvolver grandiosos eventos esportivos do que aplicar a política de inserção social através do esporte educação/participação.

Assim, mediante do exposto, percebemos a importância da gestão municipal, seu papel, na formulação das políticas públicas esportivas locais. Os resultados de tais formulações serão sentidos, em maior ou menor grau, nos diversos âmbitos nos quais o esporte se especializa. Devemos ressaltar que interesses políticos, econômicos, culturais e outros, permeiam o campo

esportivo, contudo, essas políticas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, alianças ou coalizões de interesses. Portanto, o esporte nestas municipalidades tem como caráter de união e pontos comuns a competição, ao privilegiar a prática desportiva de rendimento, baseada no desenvolvimento de uma política pública que não atingem o ideal do esporte para todos.

**REFERÊNCIAS**

****

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF, 1998;

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Resolução nº 17, de 22 de dezembro de 2017**.Ministério da Educação / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Publicado em: 26/12/2017;

BUENO, Luciano. **Políticas Públicas do esporte no Brasil:** razões para o predomínio do alto rendimento. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. – 2008;

DARIDO S. C.; RANGEL, I. C. A; **Educação Física na Escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008;

GIL, Antônio Carlos**. Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999;

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007;

NUNES, C. da C.; CUNHA, G. S. V. T. da. Estado e as Políticas Públicas Esportivas: o Contexto Brasileiro. **Revista da ALESDE**. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 04-15, setembro 2014;

OLIVEIRA, Ana Amélia Neri. **O esporte como instrumento de inclusão social**: um estudo na Vila Olímpica do Conjunto Ceará. Fortaleza, 2007;

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning,2017;

TANI, G. et al. **Educação Física Escolar:** fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU/EDUSP,1998;

TEIXEIRA, E. C. (2002). **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Revista AATR, 1-11;

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, 2001;

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas de esporte e lazer: da cogestão a cogestão. In: **Motrivivência,** nº. 11, p. 31-46, setembro. Belo Horizonte,1998.